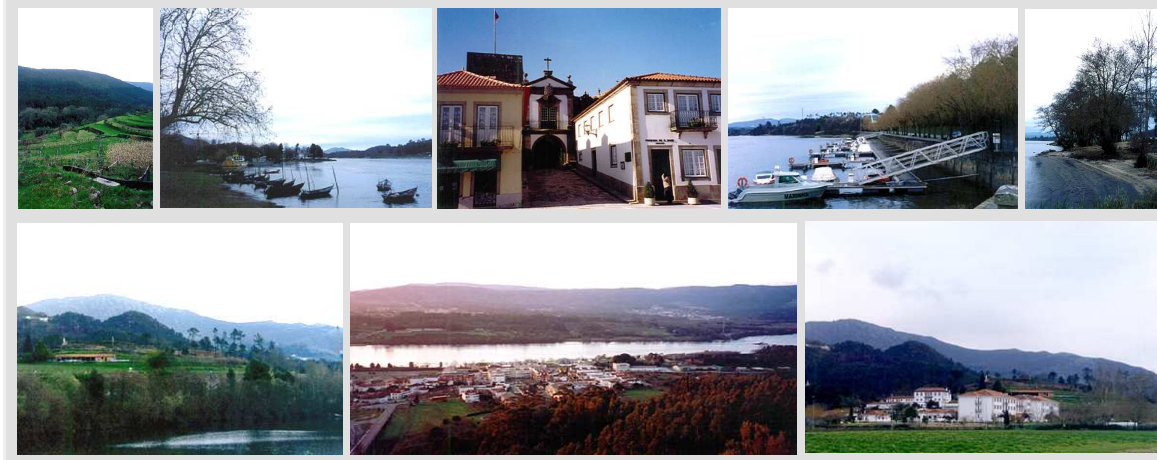


REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL VILA NOVA DE CERVEIRA

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RESUMO NÃO TÉCNICO RELATÓRIO AMBIENTAL





VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Fevereiro de 2012

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Avaliação Ambiental

Resumo Não Técnico

Revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

1 - Introdução.....	3
2 - Objectivos e metodologia de AAE.....	3
2.1 – A metodologia de Base Estratégica	3
2.2 – Aplicação metodológica da AA à Revisão do PDM de V.N. Cerveira	5
3 - Objecto da avaliação.....	5
4 - Factores Críticos para a Decisão	6
5 – Avaliação Ambiental por FCD.....	10
5.1 – Recursos Naturais e Culturais.....	10
5.1.1 - Análise Tendencial.....	10
5.1.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos	11
5.2 - Acessibilidades	15
5.2.1 - Análise Tendencial.....	15
5.2.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e ameaças	16
5.3 – População e Parque Habitacional	18
5.3.1 – Análise tendencial.....	18
5.3.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos	19
5.4 – Actividades Económicas.....	23
5.4.1 - Análise Tendencial.....	23
5.4.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos	24
6 – Linhas de Orientação para a Acção	26
6.1 - Implementação.....	26
7 – Monitorização e Seguimento	31
8 – Conclusões	36



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

1 - Introdução

A responsabilidade da elaboração da *Avaliação Ambiental* (AA) é do proponente do PDM, que deverá determinar o âmbito e alcance da mesma, consultando entidades e população em geral, procedendo, para o efeito à elaboração do *Relatório Ambiental*, disponibilizando-o para consulta pública e institucional, culminando com a apresentação da *Declaração Ambiental* à Agência Portuguesa do Ambiente.

É nesse contexto que se elabora o presente Resumo Não Técnico (RNT), que constitui uma peça autónoma que integra a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da revisão do Plano Director Municipal (PDM) de V.N.Cerveira.

Tem como objectivo produzir uma síntese dos conteúdos tratados na AAE, facilitando a sua divulgação à população de forma generalizada. Assim, e recorrendo a uma linguagem clara, procura-se resumir as informações contidas no Relatório Ambiental (RA), cumprindo o estipulado na alínea *i*) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho.

Para um aprofundamento da temática contida no dito RA, deverá proceder-se à consulta do mesmo, que se constitui como o corolário de todo o processo de Avaliação Ambiental da revisão do PDM de V.N.Cerveira.

2 - Objectivos e metodologia de AAE

2.1 – A metodologia de Base Estratégica

O objectivo da AAE é melhorar a decisão, influenciando a integração das questões ambientais e de sustentabilidade no processo de planeamento territorial, avaliando quer os impactes no ambiente quer no processo de sustentabilidade, em visões, intenções e propostas estratégicas, com o objectivo final de melhorar a tomada de decisão. Favorece a integração de medidas mitigadoras nos impactes negativos, potenciando aqueles que apresentam impactes positivos, incorporando a participação e envolvimento de vários agentes neste processo.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

A fase adiantada em que se encontrava o processo de revisão do PDM de V.N.Cerveira, quando da publicação da legislação de enquadramento da AA, veio diminuir a capacidade de influência na estratégia adoptada pelo Plano, pelo que se recorreu a um método semelhante, mas mais focalizado na avaliação das soluções propostas no PDM e os seus efeitos, ou seja procurou-se avaliar os impactes das soluções propostas na *Revisão do PDM de V.N.Cerveira*, sobre um conjunto de factores ambientais.

A metodologia proposta resume-se da seguinte forma:

1 - Factores Críticos para a Decisão e Contexto para a AAE

- Identificar o objecto de avaliação;
- Identificar os factores críticos para a decisão;
- Identificar os objectivos da AA;
- Estabelecer o fórum apropriado de actores e a estratégia de comunicação e envolvimento;
- Estabelecer a integração entre processos e identificar as janelas de decisão.



Elaboração do documento:

Relatório de Factores Críticos de Decisão

2 - Análise e Avaliação

- Analisar as principais tendências ligadas aos *Factores Críticos de Decisão* (FCD);
- Avaliar oportunidades e ameaças das propostas;
- Desenvolver um programa de seguimento (directrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação) e os arranjos institucionais necessários a uma boa governança.



Elaboração dos Documentos:

Relatório Ambiental

Resumo Não Técnico



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Na sequência da Discussão Pública efectuada ao PDM, será preparada uma Declaração Ambiental, cumprindo os requisitos legais nesta matéria, seguindo o processo com a execução e monitorização do PDM.

2.2 – Aplicação metodológica da AA à Revisão do PDM de V.N. Cerveira

Numa primeira fase da AA da revisão do PDM de V.N. de Cerveira, que consistiu na definição do âmbito dessa avaliação e da qual resultou o documento intitulado “Relatório de Factores Críticos para a Decisão” da proposta de Revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira, foram emitidos pareceres pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE).

Na segunda fase, - elaboração do RA – foram consideradas as sugestões das entidades que se pronunciaram e que se encontram discriminadas na Tabela 1.

Essa versão do RA, integrou os elementos que constituíram a Versão Final do Plano, apresentada e entregue à Comissão de Acompanhamento e foi sujeita à sua apreciação. No resultado dessa apreciação, o presente RA que integra igualmente a presente Versão de Plano reflecte não só os contributos dessas entidades, como também as alterações ocorridas ao nível do Regulamento, da Planta de Ordenamento, da Planta de Condicionantes, da Planta da EEM, das Plantas de Valores Naturais (Habitats e Espécies) e do Regime Florestal resultando nesta versão final do RA.

Foi ainda, de acordo com as orientações do ICNB incluído como anexo ao RA, o Relatório de Conformidade relativo à RN2000.

3 - Objecto da avaliação

O objecto da avaliação ambiental é a *Revisão do Plano Director Municipal* do concelho de Vila Nova de Cerveira.

A *Revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira* tem por objectivo estabelecer o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento a partir da qualificação do solo, definindo as estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades humanas. Os objectivos



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

definidos pela autarquia, foram sintetizados para este relatório e consubstanciam-se nos seguintes aspectos:

- a) Protecção dos recursos ambientais, paisagísticos e culturais estruturando uma rede de valorização ambiental;
- b) Racionalizar e programar o desenvolvimento urbano, requalificando a estrutura funcional de forma a fixar a população nas freguesias de origem, controlando a dispersão do povoamento no território municipal;
- c) Dotação de equipamentos sociais de apoio à população e melhoramento dos níveis de cobertura das principais infra-estruturas urbanas, completando as principais redes locais;
- d) Fornecer indicadores e servir de enquadramento quer à elaboração de planos de actividades do município quer a elaboração de outros planos municipais, reforçando o enquadramento supra-municipal do plano.

4 - Factores Críticos para a Decisão

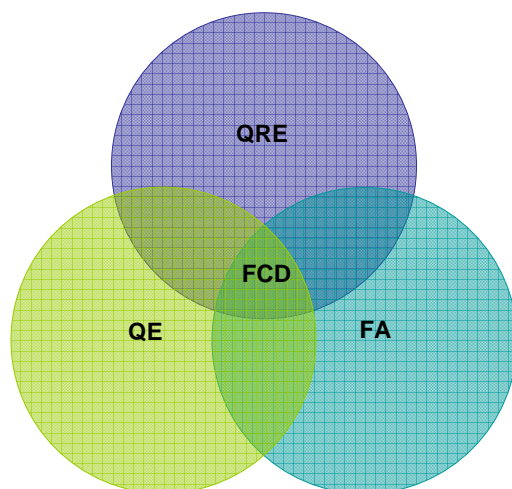
Os Factores Críticos para a Decisão "*Constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AA (da revisão do PDM) se deve debruçar*", ou seja são o ponto de partida que irá guiar a avaliação ambiental presente e a monitorização futura.

Estes FCD resultam de um cruzamento do chamado *Quadro de Referência Estratégico (QRE)*, que mais não são que Planos e Programas com orientações, estratégias e medidas concretas em diversas valências da ocupação do solo e que têm incidência no território de V.N.Cerveira, com as Questões Estratégicas (QE) preconizadas para o concelho e de um conjunto de Factores Ambientais (FA) definidos em legislação própria.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.



Essa análise permitiu chegar a quatro *Factores Críticos* que irão suportar a avaliação ambiental, e que aqui são apresentados seguidamente:

✚ Recursos Naturais e Culturais;

Os recursos naturais e culturais apresentam uma importância significativa na região do Minho e no concelho de Vila Nova de Cerveira, quer pela diversidade, quer pelas características próprias que apresentam e que importa identificar, preservar e ordenar, por forma a evitar conflitos de usos e riscos que os destruam, como os incêndios florestais, jogando a floresta também um importante papel uma vez que ocupa grande parte do território concelhio.

✚ Acessibilidades;

As acessibilidades previstas, quer no concelho de Vila Nova de Cerveira quer as previstas no território envolvente e próximo do município, apresentam oportunidades, de redução de distância absoluta e relativa, mas também riscos, nomeadamente de fragmentação territorial e alteração da paisagem.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

População e Parque Habitacional;

A actuação que se promove em termos de estratégia e organização equilibrada do território vertida na revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira terá como vector direccionado por um lado, o aumento da qualidade de vida dos seus habitantes e, por outro, a própria fixação de nova população. Deste modo, as dinâmicas populacionais associadas à componente habitacional serão uma das condições basilares de toda a evolução que se verificará no panorama cerveirense, seja pela capacidade de responder às necessidades crescentes de serviços, seja pelas marcas antropogénicas no equilíbrio ambiental que sempre derivarão de um aumento de população, seja permanente ou sazonal.

Actividades Económicas.

A revisão do PDM cuja solução final é avaliada, intervém de uma forma clara e abrangente sobre as actividades económicas com especial ênfase no sector turístico e factores conexos, como a qualificação e formação da população, embora indirectamente e também sobre os impactes associados aos parques empresariais e áreas industriais. A solução apresentada em termos de ordenamento e condicionantes em que contribuiu para o desenvolvimento económico sustentável do concelho?

A cada um destes *Factores Críticos de Decisão*, estão associados critérios de avaliação e objectivos de sustentabilidade, apresentando-se também os indicadores respectivos, que irão estruturar a análise a realizar no âmbito da AA, estando elencados na tabela que segue:



FCD	Crítérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
Recursos Naturais e Culturais	<i>Solo</i>	Distribuição adequada das funções, com a preservação e protecção do recurso solo.	Ocupação e Usos do Solo; Espaço agrícola por habitante; Variação da área de RAN
	<i>Ecossistemas e Áreas Classificadas</i>	Protecção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade.	Variação da área de REN Área municipal inserida em Rede Natura 2000; Manutenção do mosaico dos <i>habitats</i> ; Estrutura Ecológica Municipal (ha);
	<i>Recursos Florestais</i>	Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones, em detrimento das espécies de crescimento rápido.	Área de floresta de protecção; Área de floresta de produção; Variação da área anual ardida;
	<i>Recursos Hídricos</i>	Protecção dos recursos hídricos	População servida por rede de saneamento; Preservação das cabeceiras de linhas de água; Ordenamento das margens dos cursos de água;
	<i>Recursos Arquitectónicos e Arqueológicos</i>	Protecção e valorização do Património	Imóveis com valor patrimonial identificados; Sítios arqueológicos identificados; Rácio dos Imóveis com valor patrimonial identificados /recuperados;
Acessibilidades	<i>Dinâmica Territorial e Urbana</i>	Melhoria da conectividade do sistema urbano local, regional e nacional.	Hierarquia da Rede Viária; Distância relativa (tempo) entre localidades; Nº de ligações ferroviárias/dia; Variação populacional por freguesia;
		Evitar os efeitos barreira entre os núcleos populacionais e entre as categorias de solo rural	Áreas urbanas sujeitas a fragmentação; Categorias de solo rural sujeita à fragmentação;
	<i>Paisagem</i>	Redução do nível de poluição sonora.	Tráfego médio horário; Área/população sujeita a níveis de ruído superiores ao permitido pela lei;
População e Parque Habitacional	<i>Uso do Solo</i>	Contenção da dispersão urbana	Densidade de edifícios por perímetro urbano; % Solo Urbanizável (ha)/UOPG's executadas; Taxa de Crescimento Migratório (%);
		Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional, considerando a estrutura urbana existente.	Rácio de área intervencionada por PMOT pelos perímetros urbanos; N.º de Loteamentos realizados; N.º de fogos licenciados por habitante; N.º de construções /N.º de reconstruções;
	<i>Efeitos Antrópicos</i>	Minimização dos impactes relacionados com as actividades humanas.	Emissão de GEE dos sectores doméstico e de serviços por habitante; Espaço de deposição de "monstros" (interface);
	<i>Equidade Social</i>	Qualidade de Vida e Rede de equipamentos e serviços de proximidade às populações.	Índice de Desenvolvimento Humano; Acessibilidade a equipamentos e serviços de proximidade;
Actividades Económicas	<i>Desenvolvimento Local</i>	Captação de produtos turísticos sustentáveis	Capacidade de alojamento em estabelecimentos com Certificação Ambiental/capacidade total de alojamento;
		Requalificação ambiental e paisagística dos parques empresariais e áreas industriais	Área industrial requalificada (%); Área verde de enquadramento e protecção envolvente às áreas industriais;
	<i>Emprego</i>	Assumir modelos sócio-económicos compatíveis com a estrutura urbana e localização da população no município	Intensidade Energética e de Consumo de Recursos Naturais da Economia; % de Empregos qualificados criados; Proporção Emprego em SIC;
		Aumentar a qualificação da população activa	Qualificações da população empregada; População com ensino secundário (%).

Tabela 1 – Critérios, objectivos e indicadores



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

5 – Avaliação Ambiental por FCD

5.1 – Recursos Naturais e Culturais

5.1.1 - Análise Tendencial

Com a manutenção do actual PDM os recursos culturais e naturais continuarão a ser alvo de pressão e terão falta de protecção, o que poderá provocar uma descaracterização arquitectónica e paisagística levando mesmo à sua destruição, com consequências graves quer para a economia local, quer para a saúde da população. O solo enquanto recurso poderá sofrer também uma degradação com o empobrecimento deste, o aumento da erosão, perdendo as suas capacidades de manter a vegetação agrícola e outras.

A pressão urbana poderá levar a um aumento da fragmentação das áreas classificadas e dos ecossistemas, beneficiando o isolamento genético das espécies florísticas e da fauna local, diminuindo a biodiversidade e a capacidade de resistência aos incêndios florestais, às espécies invasoras etc.




Tabela 2 – Análise Tendencial do FCD Recursos Naturais e Culturais

FCD	Critérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade Situação Actual	Evolução tendencial com PDM em vigor
Recursos Naturais e Culturais	Solo	Distribuição adequada das funções, com a preservação e protecção do recurso solo.	←
	Ecosistemas e Áreas Classificadas	Protecção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade.	→
	Recursos Florestais	Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones, em detrimento das espécies de crescimento rápido.	←
	Recursos Hídricos	Protecção dos recursos hídricos	←
	Recursos Arquitectónicos e Arqueológicos	Protecção e valorização do Património	=



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

LEGENDA				
Tendência de Evolução				
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação aos objectivos e metas	
Distância aos objectivos de sustentabilidade				
	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo

5.1.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos

Solo

A proposta do novo PDM procura ordenar o solo rural, apostando na protecção do recurso solo, evitando a sua erosão e ocupação indevida, mantendo a diversidade dos valores naturais associados, ao manter os *habitats* de várias espécies, estabelecendo condicionantes à edificação em áreas rurais, promovendo a nucleação dos espaços urbanos consolidados. Neste aspecto, importa referir as recentes orientações definidas no PROTn para o Solo Rural relativamente ao Regime de Uso do Solo, concretamente no aspecto da edificabilidade, uma vez que este preconiza a utilização do solo rural destinada à produção agrícola, pecuária e florestal, à exploração dos recursos geológicos bem com à conservação de recursos naturais, ambientais, culturais e paisagísticos, definindo concretamente os parâmetros para a edificabilidade em Solo Rural. Assim sendo a Versão Final do Regulamento transpõe esses parâmetros para o regime definido nas categorias do Solo Rural.

Na revisão do PDM de VN Cerveira, a RAN apresenta uma área superior à existente actualmente, resultante de um maior número de áreas incluídas relativamente às áreas excluídas, adaptando-se assim à realidade da estrutura de povoamento do território e com uma tradução mais efectiva do mosaico minhoto, resultando numa variação positiva residual. Desta forma, a RAN final passa a ser 1.240 ha aproximadamente, o que corresponde a uma variação de 3,3%.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Ecosistemas e Áreas Classificadas

A delimitação de uma Estrutura Ecológica Municipal (EEM) versada na revisão do PDM vai de encontro à necessidade de uma melhor protecção e valorização das áreas culturais, agrícolas, florestais e naturais concelhias totalizando 6.060 ha. Na REN delimitada na revisão do PDM, foram tidos em consideração a metodologia mais actual na definição dos sistemas de REN, sobretudo na delimitação das cabeceiras de linhas de água, passando de uma área de 2.819 ha para 3.359 ha. No total dos sistemas da REN, o aumento da área foi de 19,2%.

Relativamente às medidas e orientações de gestão previstas no PSRN2000, considerando que as mesmas apenas serão vinculativos para os particulares quando transpostas para os PMOT, foi o seu regime definido em capítulo próprio do Regulamento e incluídas as plantas que espacializam os Valores Naturais que ocorrem no SIC (PTCON0019) e ZPE (PTZPE0001), nos Elementos que Acompanham o PDM.

De acordo com o DL 140/99, de 24 de Abril a presente Revisão do PDM constitui uma oportunidade para avaliar a execução dos objectivos das Directivas Aves e Habitats e para a elaboração do Relatório de Conformidade, pelo que se apresentam os elementos em anexo.

Com as medidas preconizadas, o contributo da presente Revisão do PDM para a manutenção, conservação e protecção dos valores naturais torna-se mais eficaz e operacional ao nível da gestão urbanística do território municipal, reforçando a necessidade da elaboração e implementação de Planos de Gestão que contemplem medidas complementares de conservação dos valores naturais presentes, e que não tenham sido asseguradas pelo normativo do Plano proposto.

Recursos Florestais

Grande parte da área de intervenção do plano é composta por espaços florestais, sendo proposta uma melhor protecção dos povoamentos autóctones, aumentando a área afectada à *Floresta de Protecção* em detrimento da *Floresta de Produção*, mantendo o *habitat* da flora e fauna associada e como eventual barreira à progressão de incêndios ao diversificar as espécies florestais.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

As propostas relativas aos Espaços Florestais traduzem as orientações definidas pelo PROF Alto Minho na sub-região homogénea Arga-Coura relativamente às funções da floresta aí previstas, assim como, transpõe para o Regulamento do PDM o regime aí definido.

Recursos Hídricos

O PDM apresenta nas suas propostas uma maior protecção dos recursos hídricos, desde logo aumentando as áreas integradas no sistema de Cabeceiras de Linhas de Água, procurando ao mesmo tempo combater o aumento da degradação da qualidade da água dos seus principais rios, apresentando orientações para uma maior abrangência da rede pública de saneamento. O correcto ordenamento das margens dos rios também se afigura como uma introdução que o novo PDM configura, uma vez que condiciona a impermeabilização desse solo, alvo de grandes pressões urbanísticas permitindo também garantir a segurança de pessoas e bens através desse condicionamento.

Recursos Arquitectónicos e Arqueológicos

Alem de definir os recursos existentes ao nível arquitectónico, urbanístico e arqueológico, o PDM que se avalia no RA, classifica e define normas de protecção para as diferentes categorias (Edificações de Interesse Cultural e Áreas de Potencial Arqueológico) dos valores culturais, como forma de reforçar a protecção do património e da área envolvente, fortalecendo as medidas que decorrem da lei geral, preservando a identidade local.

Assim, a implementação dos objectivos estratégicos proposto na revisão do PDM, apresenta algumas oportunidades e ameaças relativamente ao factor crítico *Recursos Naturais e Culturais*, sendo sintetizado nas tabelas seguintes:



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Tabela 3 - Oportunidades e Ameaças - FCD Recursos Naturais e Culturais

FCD	Oportunidades	Ameaças
Recursos Naturais e Culturais	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação dos solos com boa aptidão agrícola - Recuperação do <i>mosaico minhoto</i> - Diminuição do risco de erosão do solo - Promoção de actividades compatíveis com o espaço agrícola - Minimização da desertificação do solo rural - Promoção da diversidade paisagística - Aumento das áreas naturais de protecção - Beneficiação do turismo rural - Manutenção da fauna e flora autóctones - Redução da pressão urbanística sobre os recursos naturais - Favorecimento da criação de espaços naturais pedagógicos - Integração da EEM numa rede supra-municipal de enquadramento e ligação - Harmonização de planos, programas ou projectos de utilização da EEM - Aumento da área de floresta de protecção - Diminuição (ou manutenção) da área com espécies exóticas e infestantes - Diminuição da área de floresta de produção - Diminuição da pressão das actividades económicas sobre a floresta - Diminuição da pressão urbana sobre a floresta - Definição de orientações de gestão florestal - Melhoria do ordenamento florestal e consequente diminuição do risco de perigosidade de ocorrência de incêndios - Melhorias no acesso a áreas florestais em caso de incêndio - Protecção e promoção da diversidade paisagística - Promoção de funções compatíveis - Contribui para o ordenamento policêntrico do território - Aumento das áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos - Maior protecção dos cursos de água, leitos e margens - Contenção e controlo dos efluentes domésticos e outros resíduos, evitando a contaminação dos recursos hídricos - Melhoria da qualidade da água - Integração regional do Rio Minho em projecto de valorização turística - Elaboração de projectos de valorização ambiental e pedagógica do Rio Minho e Rio Coura - Aumento das áreas de utilização pública - Melhorias no ambiente urbano e saúde humana - Beneficiação da rede de turismo local - Maior atracção de actividades lúdicas e turísticas - Melhoria nas condições de fruição destas áreas e consequente melhoria da qualidade de vida da população - Melhoria nas condições da oferta turística - Valorização turística do património existente - A recuperação e valorização dos recursos culturais beneficiam a saúde humana - Articulação dos recursos ambientais com os recursos culturais fomentando circuitos pedagógicos integrados - Aumento da eficiência na protecção de valores culturais - Maior protecção de imóveis/conjuntos/áreas de valor histórico e cultural - Integração dos recursos na estrutura urbana - Valorização da identidade rural - Valorização e divulgação do conhecimento da história e cultura local - Melhoria do enquadramento dos recursos existentes - Definição de uma estratégia local para fruição e dotação de equipamentos em espaços públicos - Elaboração de projectos de valorização cultural e pedagógica destas áreas - Abertura de processo de classificação de valores culturais - Acções de promoção dos valores culturais existentes - Contenção e controlo dos resíduos produzidos, resultante da definição de áreas para aterro sanitário, parque de sucatas e de monstros domésticos - Diminuição da contaminação dos solos - Melhoria da qualidade de vida da população 	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono da pratica agrícola - Aumento da contaminação dos solos resultante do aumento populacional - Descaracterização da paisagem em áreas sensíveis resultante da sobrecarga turística - Aumento dos efeitos barreira - Desflorestação de áreas para atravessamento das redes de infra-estruturas - Aumento da contaminação dos aquíferos em resultado do aumento populacional - Alterações na impermeabilização do solo com impacte no escoamento superficial - Eventual degradação de património rural como consequência do abandono de lugares isolados - Aumento da pressão antrópica - Inutilização de áreas de REN e RAN - Interferência nos <i>habitats</i> da <i>Rede Natura</i> - Crescimento das actividades turísticas em áreas sensíveis - Destruição dos valores culturais devido à passagem de redes de infra-estruturas



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

5.2 - Acessibilidades

5.2.1 - Análise Tendencial

Com a manutenção do actual PDM (desactualizado em termos de usos do solo) as acessibilidades previstas e implementadas poderão não se adequar à realidade das necessidades locais, causando efeitos ambientais negativos, manutenção das assimetrias locais e manutenção da intensidade de tráfego rodoviário nos principais eixos viários. A rede ferroviária local continuará a sofrer um declínio, à medida que este meio de transporte, com menor impacte ambiental, é substituído pelo transporte rodoviário individual com consequências gravosas para a qualidade ambiental e urbana.

A rede ferroviária de alta velocidade prevista (bem como outras acessibilidades), apresenta uma parte do percurso neste município, pelo que importa actualizar as alterações de uso do solo verificadas nos últimos anos neste território, de forma a minimizar os impactes previstos ao nível paisagístico e ambiental.

Tabela 4 - Análise Tendencial do FCD Acessibilidades

FCD	CrITÉrios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade Situação Actual	Evolução tendencial com PDM em vigor
Acessibilidades	Dinâmica Territorial e Urbana	Melhoria da conectividade do sistema urbano local, regional e nacional.	≡
		Evitar os efeitos barreira entre os núcleos populacionais e entre as categorias de solo rural	←
		Redução do nível de poluição sonora.	≡
	Paisagem	Preservação de valores paisagísticos	←

LEGENDA				
Tendência de Evolução	←	≡	→	
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação aos objectivos e metas	
Distância aos objectivos de sustentabilidade	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

5.2.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e ameaças

Dinâmica Territorial e Urbana

A particularidade de este concelho apresentar uma dicotomia entre a metade “litoral” e interior, fez com que se apresente na proposta de revisão do PDM, um conjunto de medidas que visam um desenvolvimento equilibrado do concelho, melhorando as condições de vida da população dos locais mais “deprimidos”, como forma de estancar o êxodo para as freguesias mais populosas e para concelhos vizinhos. As intervenções apresentadas prendem-se sobretudo com a melhoria das acessibilidades dessas freguesias, actualizando por outro lado a cartografia da rede viária, planeando alternativas mais favoráveis e periféricas aos centros urbanos, redistribuindo o fluxo viário, como forma de redução da intensidade e o conseqüente ruído nas principais vias.

Paisagem

As novas acessibilidades poderão aumentar a fragmentação das áreas rurais e urbanas, degradando a paisagem - elemento importante na atracção que o município exerce em termos turísticos - importando colmatar estes impactes, evitando ao mesmo tempo situações de conflito de uso do solo. A contenção da dispersão urbana, surge também como um dos objectivos de sustentabilidade e de protecção do solo e da paisagem, tendo sido ajustado à estrutura urbana proposta as categorias das classes de uso do solo com esta revisão do PDM.

Desta forma, a implementação dos objectivos estratégicos propostos na revisão do PDM, apresentam algumas oportunidades e ameaças relativamente a este factor crítico, sendo sintetizado nos quadros avaliativos seguintes:



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Tabela 5 - Oportunidades e Ameças - FCD Acessibilidades

FCD	Oportunidades	Ameças
Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none">- Articulação dos recursos ambientais com os recursos culturais fomentando circuitos pedagógicos integrados- Beneficiação do turismo local e incentivo à actividade turística- Aumento da oferta turística e potencial aumento do turismo rural- Valorização da identidade rural- Promoção de actividades de recreio e lazer em áreas rurais- Promoção da diversidade paisagística- Concentração territorial das actividades económicas- Diversificação da base económica- Promoção da competitividade local- Limitação à dispersão urbana- Fixação da população local- Consolidação do sistema e da estrutura urbana- Consolidação da malha e da rede viária- Melhoria da conectividade local- Maior coesão territorial e social- Melhor enquadramento das infra-estruturas no meio- Melhoria generalizada no acesso aos serviços e equipamentos públicos- Definição de uma opção de canal (rodoviário) mais favorável ao território, às populações e ao turismo- Definição da estratégia de colmatação de arruamentos locais- A melhoria da cobertura da rede de internet poderá diminuir as necessidades de deslocações físicas, reduzindo o impacte no ambiente- Melhorias no ambiente urbano e saúde humana	<ul style="list-style-type: none">- Descaracterização sociocultural e urbanística- Impossibilidade da contenção da dispersão urbana associada às acessibilidades- Descaracterização da paisagem em áreas sensíveis resultante da sobrecarga turística- Aumento da poluição do ar e do nível de ruído resultante do presumível aumento do fluxo viário- Aumento dos riscos tecnológicos e humanos- Diminuição da utilização da ferrovia com as novas acessibilidades- Aumento da vulnerabilidade paisagística com as novas acessibilidades- Aumento das intrusões visuais e dos efeitos barreira- Crescimento das actividades turísticas em áreas sensíveis- Inutilização de áreas de REN e RAN- Aumento das intrusões visuais e dos efeitos barreira



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

5.3 – População e Parque Habitacional

5.3.1 – Análise tendencial

Com a manutenção da situação actual, continuará a verificar-se uma ocupação urbana em meio natural/rural do tipo disperso, aumentando o nível de impermeabilização dos solos e os conflitos de uso deste, dificultando também a implementação de certos equipamentos colectivos e serviços, o que dificultará a redução da “distância” das populações a esses bens.

O seguinte quadro sintetiza a análise tendencial do factor crítico para o desenvolvimento “População e Parque Habitacional”, numa situação de manutenção dos objectivos e estrutura do PDM em vigor.

Tabela 6 - Análise Tendencial do FCD População e Parque Habitacional

FCD	Critérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade Situação Actual	Evolução tendencial com PDM em vigor
População e Parque Habitacional	Uso do Solo	Contenção da dispersão urbana	←
		Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional, considerando a estrutura urbana existente.	←
	Efeitos Antrópicos	Minimização dos impactes relacionados com as actividades humanas.	←
	Equidade Social	Rede de equipamentos colectivos de proximidade às populações.	→

LEGENDA				
Tendência de Evolução	←	≡	→	
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação aos objectivos e metas	
Distância aos objectivos de sustentabilidade	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

5.3.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos

Os critérios de ordenamento definidos na proposta de revisão do PDM dão resposta a algumas das deficiências detectadas e por outro lado, contrariam tendências insustentáveis identificadas pela aplicação do PDM em vigor (1995).

Uso do Solo

Sistema Urbano – Aplicação do conceito de nucleação, definindo áreas urbanas hierarquizadas em rede, conformando o núcleo e evitando a tendência para a dispersão urbana.

- Reforço do perímetro urbano das aldeias mais desarticuladas, com tendência para a dispersão, uma vez que o nº de famílias e o nº de edifícios aumentou ligeiramente e se regista uma efectiva procura de terrenos destinados quer a primeira habitação quer a 2ª habitação;
- Programação de áreas habitacionais de promoção pública, visando suprir as necessidades habitacionais em cada freguesia da população mais carenciada.

Solo Urbano

- Propor o modelo espacial do território municipal (Sistema Urbano) conservando a especificidade da estrutura de povoamento, ou seja, manter o carácter da maioria dos lugares – enquanto aglomerados – em que o conjunto das habitações mantêm um logradouro/quintal de dimensões adequadas a uma ocupação rural, assim como das outras estruturas urbanas (aglomerados) que coexistem no território;
- Definição do modelo de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos, com parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental.
- O sistema urbano proposto assenta na estruturação em torno de modelo de rede urbana apoiada nas dinâmicas positivas existentes, procurando corrigir situações mais desfavoráveis à população e propõe um desenvolvimento funcional que se estrutura nas sedes de freguesia nucleares que estruturam o tecido urbano envolvente.
- A expressão territorial – espacial – da estratégia de desenvolvimento local, desenvolve-se a partir do conceito de rede e de hierarquia, ou seja, pretende-se desenvolver uma rede (estrutura) de núcleos urbanos hierarquizados entre si de



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

acordo com as suas aptidões físicas, ocupação populacional e dinâmicas urbanísticas existentes (década de 90) e previsíveis tendo em conta a análise global efectuada. Sendo essencial para o efeito que, para além da capacidade construtiva, seja acautelado a estrutura e organização do meio urbano dos aglomerados.

Considera-se, para o efeito, o sistema urbano desenvolvido, ao nível das freguesias de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Corresponde à sede do concelho (V.N. de Cerveira), freguesia com mais população, maior número de equipamentos e que serve também a muitos níveis toda a população do território concelhio. Constitui assim, o pólo urbano mais desenvolvido do concelho.

Nível 2 – Consiste nas freguesias de Campos, Lovelhe, Gondarém, Reboreda e Vila Meã. Beneficiam da proximidade da sede do concelho, da acessibilidade à EN 13 e à A3 e ainda da existência da zona industrial.

Nível 3 – Incluem-se neste grupo as freguesias de Covas, Loivo, Nogueira e Sopo. Dizem respeito a algumas freguesias ribeirinhas situadas na periferia da sede do concelho e igualmente no seu interior.

Nível 4 – Inserem-se neste nível as freguesias de Cornes, Candemil, Mentrestido, Gondar e Sapardos. Correspondem às freguesias localizadas no interior do concelho e pior servidas de equipamentos públicos.

Solo Rural - Espaços Agrícolas e Florestais

O objectivo principal da proposta apresentada pretende ordenar as áreas com aptidão agrícola e florestal de forma a preservar esses recursos e ao mesmo tempo conciliar as actividades humanas necessárias ao desenvolvimento local das populações.

Por esse motivo, o plano contempla outro tipo de ocupação humana adequada às características de povoamento minhoto – *Áreas de edificação dispersa* -, que não conferindo estatuto de solo urbano, corresponde a espaços existentes de usos mistos, prevendo-se, para o efeito no Regulamento, um regime de uso do solo que garante a sua



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

qualificação como espaços de articulação de funções residenciais e de desenvolvimento rural.

Efeitos Antrópicos

Considerado um aspecto também de extrema relevância para o concelho, no que se refere, nomeadamente, à qualidade da paisagem, na fase de proposta o Plano Director Municipal, identificou e propôs áreas com características próprias para a deposição de resíduos do tipo “monstros domésticos” que sirvam a população de todas as freguesias.

Equidade Social

Sendo o modelo definido, a base da gestão programada do território municipal – a nível de equipamentos, serviços e áreas industriais, importa criar uma rede de equipamentos que satisfaçam as carências actuais da população nas diversas freguesias, através da dotação de área para equipamentos necessários à vida quotidiana das populações, nomeadamente de índole social.

Assim, implementação dos objectivos estratégicos proposto na revisão do PDM, apresenta algumas oportunidades e ameaças relativamente a este FCD, sendo sintetizado na tabela seguinte:



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Tabela 7 - Oportunidades e Ameaças - FCD População e Parque Habitacional

FCD	Oportunidades	Ameaças
População e Parque Habitacional	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução de restrições à edificação em solo rural - Clarificação da fronteira entre campo e "cidade" - Conservação dos espaços agrícolas e os de elevado valor ecológico que ainda sobrevivem ao redor da malha urbana - Reduzir o consumo do solo com aptidão agrícola - Defesa do património construído nos centros dos aglomerados urbanos - Nuclearização e compactação do sistema urbano - Planeamento urbano equilibrado e coeso - Promoção da reconstrução e da reabilitação urbana - Acesso a um espaço urbano de qualidade - Melhoria na qualidade de vida das populações - Compactar a estrutura urbana, colmatando os perímetros urbanos - Definição de um tecido urbano mais adequado às necessidades locais - Evitar a degradação urbana por uma edificação incontrolada de baixa densidade - Reabilitar os centros urbanos - Modelo urbano mais eficiente em termos energéticos - Pôr em prática as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão - Aumento da área urbana abrangida por Planos Municipais de Ordenamento do Território - Promover a diversidade paisagística - Diminuição do impacte paisagístico associado à deposição ilegal em meio natural dos resíduos volumosos - Aumento das áreas verdes de utilização colectiva - Fruição de um ambiente saudável - Melhor distribuição populacional pelo território - Aumento da atractividade do território - Fixação de população jovem - Aumento do Índice de Desenvolvimento Humano - Melhorias na rede de equipamentos públicos de proximidade - Possibilidade de assistência intergeracional - Promover a coesão territorial e social - Afectação de solo à construção de equipamentos sociais - Reabilitação de património construído adaptado a equipamentos sociais - Melhorias na assistência social às populações - Compatibilização com a Rede Social - Programação e concretização de propostas de planeamento que contemplem uma adequada distribuição das respostas sociais necessárias à população residente - Aumento das taxas de reciclagem de resíduos sólidos - Plano Nacional de Eficiência Energética incentiva a melhores práticas de construção e reabilitação diminuindo a dependência de combustíveis fósseis - Redução do impacte ambiental associado às emissões de gases de efeito de estufa - Diminuição da carga ambiental associado aos meios de transporte - Melhoria na cobertura dos sistemas de abastecimento e tratamento de água e recolha selectiva de resíduos - Diminuição da pegada ecológica concelhia - Cumprimento dos Compromissos de Aalborg e dos objectivos da Agenda 21 Local - Redução dos riscos tecnológicos - Plano Estratégico de Turismo e clusters Económicos - Candidaturas ao QREN adequadas às premissas constantes no ordenamento do território 	<ul style="list-style-type: none"> - Densificar excessivamente os perímetros urbanos - Baixa atractividade das freguesias rurais - Excessiva construção associada a habitação secundária - Impossibilidade da contenção da dispersão urbana devido ao enraizamento cultural na forma de povoamento tipicamente minhoto - Conflitos de uso do solo - Fraca execução dos instrumentos de planeamento - Deficiências no planeamento da gestão de resíduos devido a elevadas flutuações de produção associadas à sazonalidade da permanência da população na residência secundária - Diminuição da Taxa de Crescimento Migratório - Acentuação da Taxa de Natalidade baixa - Envelhecimento da população - Aumento do Índice de Dependência de Idosos - Aumento dos índices de poluição sonora com a concentração populacional - Não cumprimento das regras de deposição dos resíduos volumosos - Desconhecimento de incentivos à melhoria da eficiência energética e reabilitação urbana - Deslocalização para fora do concelho de alguns serviços e equipamentos colectivos - Fracas acessibilidades a equipamentos colectivos - Critérios económico-financeiros que impossibilitam a construção/reabilitação de equipamentos sociais - Fraco investimento estatal nas respostas sociais de proximidade - Decisões supra-municipais



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

5.4 – Actividades Económicas

5.4.1 - Análise Tendencial

A captação de produtos turísticos constitui um dos vectores de desenvolvimento apontado para este concelho, mas deverá ser acautelada a sustentabilidade dos mesmos, sob o risco de causar impactes negativos, tais como a descaracterização paisagística e aumento da pressão antrópica sobre os recursos locais. Como referido anteriormente não existem no PDM em vigor actualmente, normas de orientação específica para a protecção do vasto património natural e cultural, para além do que decorre da lei geral.

O PDM em vigor, que contempla a criação de áreas industriais, apresenta já algumas limitações quer ao nível do dimensionamento e localização dessas áreas, bem como ao nível do enquadramento paisagístico destas, que importa actualizar.

O seguinte quadro sintetiza a análise tendencial do FCD "Actividades Económicas", mantendo-se os objectivos e estrutura do actual PDM.

Tabela 8 - Análise Tendencial do FCD Actividades Económicas

FCD	Critérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade Situação Actual	Evolução tendencial com PDM em vigor
Actividades Económicas	Desenvolvimento Local	Captação de produtos turísticos sustentáveis	←
		Requalificação ambiental e paisagística dos parques empresariais e áreas industriais	=
	Emprego	Assumir modelos sócio-económicos compatíveis com a estrutura urbana e localização da população no município	→
		Qualificação da população activa	=



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

LEGENDA				
Tendência de Evolução				
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação aos objectivos e metas	
Distância aos objectivos de sustentabilidade				
	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo

5.4.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos

Os critérios de ordenamento definidos na proposta de revisão do PDM dão resposta a algumas das deficiências detectadas e por outro lado, contrariam tendências insustentáveis identificadas pela aplicação do PDM 1995.

Turismo – Visando uma aposta na vertente do *Turismo de Natureza* e do *Turismo Cultural*, será essencial a conservação do ambiente em geral e da agricultura em particular. Assim, a conservação da diversidade paisagística, a par da manutenção do modo de agricultura tradicional, do património arqueológico e do património arquitectónico dos edifícios e dos conjuntos e sítios com maior valor de inserção na envolvente tem especial relevo ao nível da proposta de actuação, facilitando a criação de emprego e qualificações profissionais neste sector, diversificando a economia local.

Actividade e Acolhimento Industrial - A dinâmica da zona industrial, superou largamente todas as expectativas revelando novas necessidades ao nível de ocupação e desenvolvimento. Deste modo, interessa redefinir a importância a atribuir à actividade industrial integrada numa estratégia global de desenvolvimento do concelho, tirar partido da acessibilidade, da localização do concelho no Alto Minho e ainda de organizar as diversas actividades dispersas pelas freguesias, quer sejam pequenas industrias, actividades comerciais ou de serviços.

Educação e formação profissional - Directamente ligado com as actividades económicas, a qualificação da população no seu global afigura-se como um dos objectivos nacionais e locais, encontrando na *Carta Educativa do Concelho de Vila Nova de Cerveira* uma oportunidade de melhoria dos indicadores educativos locais, bem como de uma reorganização da rede educativa, facilitando equitativamente o acesso educativo/formativo a toda a população Cerveirense, ajustando a formação profissional às necessidades do emprego local.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

O quadro seguinte apresenta a matriz de oportunidades e ameaças dos objectivos estratégicos propostos no novo PDM para o *FCD Actividades Económicas*.

Tabela 9 - Oportunidades e Ameaças - FCD Actividades Económicas

FCD	Oportunidades	Ameaças
Actividades Económicas	<ul style="list-style-type: none">- A aposta na vertente do turismo de natureza e cultural estimula a protecção dos recursos ambientais, paisagísticos e culturais- A certificação ambiental da actividade turística atrai novos turistas, nomeadamente os ecoturistas- Maior sensibilização para os descritores ambientais- Aplicação prática nas empresas dos conceitos de ecoeficiência com diminuição de custos directos e indirectos- As empresas e indústrias assumem um perfil ambientalmente correcto com melhoria de imagem associada às suas actividades- Diminuição dos impactes ambientais associados às actividades- Organização programada de todas as actividades concelhias- Requalificação do parque habitacional dos núcleos urbanos existentes para fins turísticos- Aumento da qualidade arquitectónica dos povoamentos- Dinamização económica dos núcleos urbanos emergentes- Maior equilíbrio na distribuição da população entre o interior e litoral do concelho- Diminuição dos movimentos pendulares casa-trabalho- Melhor enquadramento paisagístico das áreas empresariais- Respostas económicas diversificadas e distribuídas pelos diferentes núcleos urbanos- Elaboração de um Plano de Emprego local- Aumento da população empregada (sector terciário) nos serviços à comunidade- Maior poder de compra da população- Reestruturação da rede de ensino- Aumento da qualificação da população- Aumento do emprego que utiliza os serviços intensivos em conhecimento- População melhor formada e com maiores qualificações- Aumento da população residente e temporária modifica os rácios de dotação de equipamentos- Melhoria do poder de compra- Aumento do PIB per capita concelho atrai novos investimentos em equipamentos sociais- Maior projecção económica do concelho no âmbito da Região Norte- Dinamização de clusters económicos- Introdução das novas tecnologias permite uma maior diversificação e eficiência dos serviços públicos- Aumento da competitividade local- Diversificação da base económica- Execução das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	<ul style="list-style-type: none">- A não valorização do património cultural e natural concelho por parte dos residentes- Carga ambiental dos ecossistemas é excedida devido à pressão turística- Custos associados à introdução de melhores práticas ambientais- Falta de cultura ambiental das empresas- Aposta em actividades desqualificadas- Desemprego- Fraca adesão da população à aquisição de novas qualificações- Ameaça ao solo rural e florestal- Construção para fins turísticos que descaracterize a traça vigente- Pressão sobre os ecossistemas vulneráveis- Turismo rural (função hoteleira) pode originar uma potencial dispersão destas actividades- Falta de respostas adequadas ao nível do emprego que poderão provocar a migração para outras zonas do país e Espanha, principalmente- Incapacidade local para melhorar a dotação de equipamentos- Sobrelotação de equipamentos sociais- Diminuição da qualidade de vida dos estratos sociais mais debilitados- Iliteracia digital e analfabetismo estrutural



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

6 – Linhas de Orientação para a Acção

A fase seguinte da metodologia da AA, consiste em desenvolver um programa de seguimento e os arranjos institucionais necessários a uma boa *governança*.

6.1 - Implementação

Reconhecidas as oportunidades, mas sobretudo as ameaças para os FCD consequentes da implementação da Revisão do PDM de V.N. de Cerveira, apresentam-se algumas medidas que permitem minimizar os efeitos da implementação do Plano sobre os mesmos FCD, reflectindo também as diversas acções previstas no *Programa de Execução* do PDM:

- Promover incentivos à recuperação do património edificado, reaproveitando as estruturas existentes, evitando novos consumos de solo;
- Implementar acções que conduzam à divulgação e valorização do património cultural;
- Desenvolver acções que fomentem o sentimento de identidade territorial como forma de motivação para a preservação dos valores culturais;
- Promoção de acções que permitam a manutenção do mosaico paisagístico minhoto, valorizando esta marca identitária, nomeadamente ao nível da plantação de espécies autóctones arbóreas e arbustivas;
- Fomentar as boas práticas no âmbito da gestão florestal, valorizando essa fileira e outras associadas, procurando ao mesmo tempo evitar o risco de erosão afecto à actividade;
- Promover a protecção do coberto vegetal, reforçando a função de sequestro de carbono;
- Criar as condições para a implementação das medidas previstas no *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*;
- Promover o desenvolvimento do meio rural através da dotação de equipamentos colectivos e das respectivas infra-estruturas de forma a evitar o êxodo para as áreas urbanas do arco ribeirinho;
- Compatibilizar a localização de novas infra-estruturas com as áreas naturais de maior valor ecológico;



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

- Promover a despolição das linhas de água e assegurar uma correcta manutenção e gestão dos recursos hídricos, visando a implementação da EEM;
- Assegurar o cumprimento dos objectivos nacionais, no que diz respeito às metas a atingir no saneamento e abastecimento público de água;
- Continuar e reforçar a colaboração inter-municipal na gestão de água, energia e resíduos;
- Promover a requalificação das eventuais áreas de passivo ambiental;
- Fomentar as actividades de recreio e lazer ligadas ao rio Minho, demonstrando a importância deste e de outros valores naturais para VN Cerveira e para a região;
- Desenvolvimento de acções visando a protecção de espécies e habitats classificadas na área municipal que integra a *Rede Natura 2000*;
- Fazer depender o licenciamento urbanístico da adopção de um sistema eficiente de drenagem e tratamento de resíduos urbanos;
- Promover medidas de minimização da impermeabilização do solo, fomentando a adopção de técnicas e materiais que o evitem;
- Assegurar que as iniciativas turísticas a implementar no concelho apresentem viabilidade económica, evitando consequências irreversíveis para o meio;
- Assegurar a integridade paisagística e biofísicas dos empreendimentos turísticos a implementar no concelho, promovendo estratégias de turismo sustentáveis;
- Promover acções de sensibilização da população local para as questões ambientais e de sustentabilidade;
- Promover a eco-eficiência municipal, nomeadamente ao nível da eficiência energética dos equipamentos públicos e do sistema de iluminação público;
- Desenvolver acções para o aproveitamento das fontes de energia limpas fomentando a implementação da micro-geração;
- Adotar medidas de redução/minimização de ruído nas áreas de conflito identificadas a partir da elaboração do *Mapa de Ruído*, executando, deste modo, o *Plano Municipal de Redução do Ruído*;
- Promover as acções e medidas de requalificação urbana e paisagística;
- Desenvolver formas de estancar o abandono escolar, incentivando a persecução do ensino como forma de melhorar os índices de escolaridade da população cerveirense;



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

- Promover a adequação da procura e da oferta, no que diz respeito à formação profissional;
- Promover protocolos com instituições de ensino superior, promovendo a I&D no concelho;
- Impulsionar a diversidade económica no concelho, atraindo empresas com base na inovação;
- Concretizar os projectos/acções de valorização do Parque Empresarial;
- Acompanhar os processos de AIA das actividades industriais, turísticas e outras a instalar no concelho;
- Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental para as industriais aí localizadas;
- Assegurar a realização das acções previstas na Agenda 21 Local;
- Promover a boa *Governança* em todo o processo de implementação do Plano, disponibilizando à população todos os elementos técnicos daí decorrentes;
- Desenvolver e concretizar as estratégias veiculadas pelo PDM, no que diz respeito ao solo de urbanização programada, nomeadamente as que respeitam à colmatção das carências habitacionais existentes em algumas freguesias;
- Concretizar os projectos de equipamentos colectivos e de infra-estruturas considerados estruturantes para o reforço do sistema urbano definido no modelo de desenvolvimento territorial de VN Cerveira;
- Execução dos projectos de reconversão de espaços públicos previstos no Plano de Actividades da autarquia e no Programa de Execução do PDM;
- Articular as acções previstas para o território cerveirense com os concelhos vizinhos.

7.2 - Governança para Acção

Seguidamente é apresentado um quadro de *governança* institucional e de participação, com entidades e acções que permitirão, de forma articulada, atingir os objectivos de sustentabilidade identificados para cada um dos FCD, facilitando a implementação das orientações estratégicas e um melhor desempenho do novo Plano.



Tabela 10 – Governança para Acção

Entidades	Acções
AFN	<p>Coordenar a gestão do património florestal do Estado, formular e promover a aplicação das políticas para a gestão das áreas comunitárias, regular a gestão dos espaços florestais privados, promover a constituição e o acompanhamento das ZIF, apoiar o associativismo e os modelos de gestão sustentável em áreas privadas e gerir o património edificado;</p> <p>Fornecer dados sobre autorizações de utilizações em área florestais.</p>
Águas do Minho e Lima, SA	<p>Prosseguir com a concepção, construção e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Minho-Lima;</p> <p>Perseguir os objectivos estabelecidos a nível nacional no que diz respeito ao nível de atendimento do saneamento básico local.</p>
APA	<p>Produzir e actualizar indicadores, metas e objectivos dos diferentes factores ambientais.</p>
ARH	<p>Prosseguir com a definição dos objectivos e metas da protecção dos recursos hídricos locais.</p>
Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira	<p>Prosseguir e fomentar o diálogo com as entidades locais (Juntas de Freguesia etc.), regionais (CCDRN, autarquias vizinhas etc.) e nacionais (Ministérios etc.), bem como com a população através de diferentes formas de participação e divulgação pública;</p> <p>Promover o trabalho articulado dos diferentes departamentos da CM;</p> <p>Assegurar a concretização dos objectivos e metas do Plano, tanto ao nível de execução como dos objectivos a médio e longo prazo;</p> <p>Fazer adequar a rede viária às necessidades locais de mobilidade, diminuindo as assimetrias locais no acesso às diversas funções urbanas;</p> <p>Seguir as metas nacionais e comunitárias em termos de medidas de protecção ambiental e redução de impactes, como por exemplo o nível de atendimento do saneamento básico, entre outros;</p> <p>Proteger a identidade local dos Cerveirenses, fomentando as práticas culturais locais;</p> <p>Potenciar actividades de lazer e recreio em espaço natural e rural, preservando esses espaços, promovendo acções de educação ambiental dos seus jovens;</p> <p>Promover a diversidade de actividades económicas, reduzindo a dependência resultante da mono-especialização;</p> <p>Manter a colaboração com o sistema de protecção civil municipal, mantendo actualizados os dados referentes aos riscos naturais e tecnológicos;</p> <p>Potenciar a produção e o consumo de energia ao nível local, proveniente de fontes renováveis.</p>



Entidades	Acções
CCDRN	<p>Prosseguir o apoio técnico à autarquia;</p> <p>Garantir o acompanhamento e monitorização do PDM;</p> <p>Acompanhar e a avaliar os resultados de monitorização ambiental nos domínios do ar, ruído e resíduos e garantir a operacionalidade das redes e equipamentos de monitorização;</p> <p>Informar atempadamente da superação dos limiares de alerta em matéria de qualidade do ar, assegurar o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões poluentes para a atmosfera e promover a elaboração e implementação de planos de acção de melhoria da qualidade do ar;</p> <p>Promover e analisar estudos e pareceres de natureza ambiental ao nível da região.</p>
DGGE	<p>Potenciar a produção de energia proveniente de fontes renováveis, e sensibilizar os cidadãos para a importância das políticas relativas à energia.</p>
DGOTDU	<p>Manter actualizadas as normas técnicas de ordenamento do território e urbanismo, promover a sua adopção, apoiar e avaliar a sua aplicação.</p>
Estradas de Portugal, S.A.	<p>Promover a extensão da rede viária nacional prevista no PRN2000, de acordo com a calendarização definida.</p>
ICNB	<p>Manter actualizada a informação sobre as áreas classificadas (Rede Natura 2000) que integram o território municipal de V.N. Cerveira;</p> <p>Assegurar a gestão das áreas e <i>habitats</i> definidos no Plano Sectorial da Rede Natura 2000.</p>
IEFP	<p>Manter actualizada a informação disponibilizada sobre o emprego e formação profissional.</p>
INAG	<p>Manter actualizada a informação disponibilizada sobre os indicadores provenientes da monitorização dos recursos hídricos locais (INSAAR e SNIRH).</p>
MADRP	<p>Fornecer dados sobre pareceres de áreas inutilizadas da RAN;</p> <p>Incentivar acções e projectos de intervenção no espaço rural e de programas ou planos integrados de desenvolvimento rural.</p>
MC	<p>Manter actualizada a informação disponibilizada sobre o património arqueológico e arquitectónico.</p>
População em geral	<p>Participar activamente nos processos de consulta pública;</p> <p>Adoptar e potenciar a produção (Microgeração) e o consumo de energia ao nível local, proveniente de fontes renováveis;</p>
RAVE	<p>Manter actualizada a informação relativamente à localização e ponto de situação da futura Rede de Alta Velocidade.</p>
REFER	<p>Manter actualizada a informação relativamente à utilização da rede ferroviária da Linha do Minho e manter a integridade do património.</p>



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

7 – Monitorização e Seguimento

Relativamente à fase de implementação do plano, na qual se verifica uma efectiva execução das acções propostas na Revisão do PDM de V.N. Cerveira, pretende-se efectuar a monitorização da situação tendencial em cada momento. Para tal foi elaborado um *Plano de Seguimento de Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Cerveira*, de acordo com o estipulado no art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, onde refere que *"As entidades responsáveis pela elaboração de planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução (...), a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos"*.

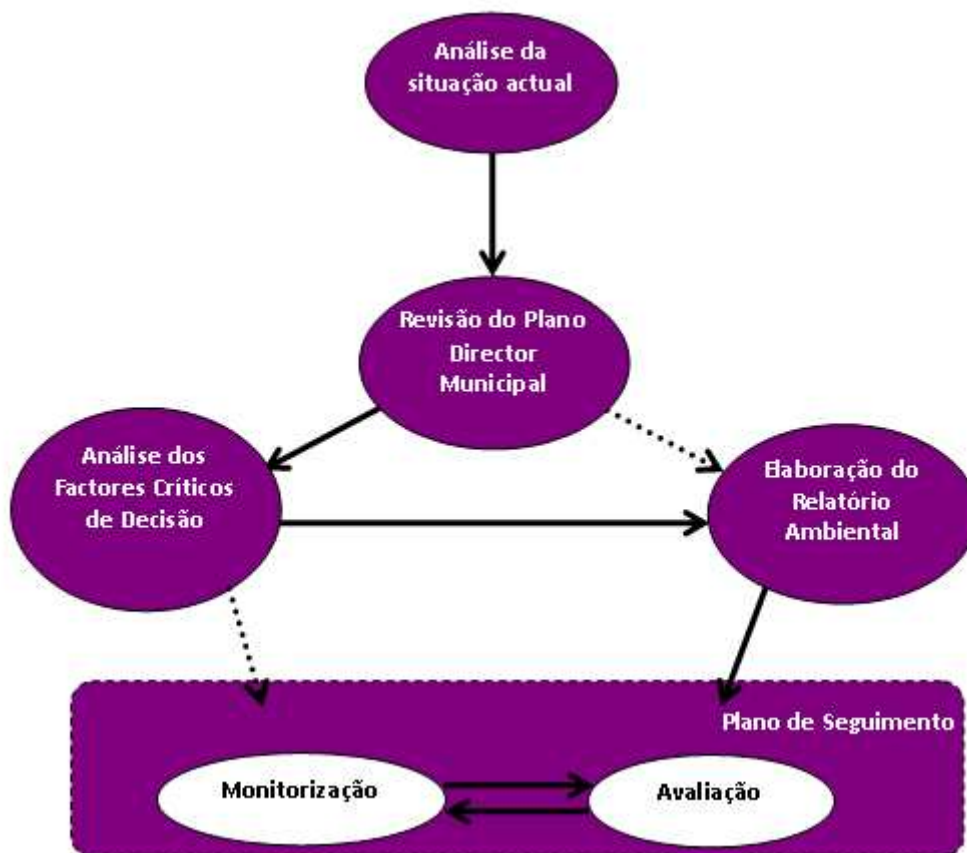
Objectivos do plano de seguimento

Este plano de seguimento consiste em identificar os factores objecto de monitorização, desenvolver um método de seguimento sistemático e eficiente com directrizes que permitam a monitorização e avaliação de desempenho ambiental da execução do novo PDM. Os resultados do controlo são divulgados publicamente por meio electrónico pela entidade responsável pela elaboração do Plano, e remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), devendo ser actualizados com uma periodicidade mínima de um ano.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.



Esquema 1 – Plano de seguimento

De uma forma geral, pretende-se que o *Plano de Seguimento de Revisão do Plano Director de Vila Nova de Cerveira* acompanhe e verifique se os seguintes objectivos de sustentabilidade, definidos anteriormente, estão a ser cumpridos:

- Distribuição adequada das funções, com a preservação e protecção do recurso solo;
- Protecção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade;
- Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones, em detrimento das espécies de crescimento rápido;
- Protecção dos recursos hídricos;
- Protecção e valorização do Património;
- Melhoria da conectividade do sistema urbano local, regional e nacional;



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

- Evitar os efeitos barreira entre os núcleos populacionais e entre as categorias de solo rural;
- Redução do nível de poluição sonora;
- Preservação dos valores paisagísticos;
- Contenção da dispersão urbana;
- Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional, considerando a estrutura urbana existente;
- Minimização dos impactes relacionados com as actividades humanas;
- Qualidade de vida e rede de equipamentos e serviços de proximidade às populações;
- Captação de produtos turísticos sustentáveis;
- Requalificação ambiental e paisagística dos parques empresariais e áreas industriais;
- Assumir modelos sócio-económicos compatíveis com a estrutura urbana e localização da população no município;
- Aumentar a qualificação da população activa.

Pretende-se que este plano seja simples e com informações claras para permitir um fácil entendimento por parte daqueles que ficarão responsáveis pela monitorização da execução do novo PDM.

Organização do Plano de Seguimento

A elaboração do *Plano de Seguimento da Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Cerveira* consistiu na definição de indicadores de seguimento e na sua caracterização, tendo sido determinado para cada um deles uma série de informação relevante para apoiar à sua monitorização, tendo como objectivo final fornecer informação para uma tomada de decisão em acções futuras de Planeamento.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Foram realizadas *Fichas de Indicadores de Seguimento* individuais onde se encontra informação detalhada sobre os indicadores identificados, tais como os seus objectivos, fórmula de cálculo, fontes, entre outras.

De seguida é apresentada uma *Ficha Tipo* de indicadores de seguimento, onde é explicado, detalhadamente, a informação contida em cada um dos campos da tabela.

Ficha Modelo

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO	2. INDICADOR
Temas que suportam a avaliação ambiental	Expressa o indicador a monitorizar
3. OBJECTIVO	
• Objectivo a alcançar com a monitorização do indicador	
4. FÓRMULA DE CÁLCULO	5. FONTES
Fórmula de cálculo do indicador	Fontes de informação para recolha de dados necessários para o cálculo do indicador
6. NECESSIDADES TÉCNICAS	
Descreve a necessidade de solicitar pessoal técnico especializado ou de providenciar formação aos técnicos que farão a monitorização	
7. VALORES DE REFERÊNCIA	8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL
Valores de base para avaliação do indicador	Evolução desejável do indicador
9. SINAIS DE ALERTA	10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO
Medida do indicador que indica a necessidade de aplicação de uma medida de intervenção	Medida do indicador que indica o total incumprimento do plano, sendo necessário aplicar medidas correctivas

Indicadores de Seguimento

Para monitorização da revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Cerveira foi seleccionado pelo menos um indicador para cada objectivo de sustentabilidade proposto. A selecção destes indicadores teve como principal critério a sua polivalência e capacidade de resposta à avaliação dos objectivos propostos.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Tabela 11 - Indicadores de Seguimento

Factor Crítico de Decisão	Critérios de Avaliação	Indicadores de Seguimento	
Recursos Naturais e Culturais	Solo	I - Desafectação de áreas de RAN; II - Nº de licenciamentos em <i>Solo Rural</i> .	
	Ecossistemas e Áreas Classificadas	III - Desafectação de áreas de REN; IV - Variação da Estrutura Ecológica Municipal (ha).	
	Recursos Florestais	V - Evolução da área de floresta de protecção; VI - Incêndios Florestais.	
	Recursos Hídricos	VII - População servida por rede pública de saneamento; VIII - vulnerabilidade à ocorrência de cheias.	
	Valores Arquitectónicos e Arqueológicos	IX - Imóveis com valor patrimonial identificados alvos de recuperação.	
Acessibilidades	Dinâmica Territorial e Urbana	X - Distância relativa (tempo) entre localidades; XI - Variação populacional por freguesia. XII - Área/população sujeita a níveis de ruído superiores ao permitido pela lei.	
	Paisagem	XIII - Alteração morfológica do relevo com impacte paisagístico. XIV - EEM fragmentada pelas novas infra-estruturas.	
População e Parque Habitacional	Uso do Solo	XV - Índice de compactação dos perímetros urbanos. XVI - N.º de reconstruções e reabilitações/100 construções novas. XVII - Rácio de área intervencionada por PMOT pelos perímetros urbanos. XVIII - N.º de fogos licenciados por habitante.	
		Efeitos Antrópicos	XIX - Emissão de GEE dos sectores doméstico e de serviços por habitante. XX - Espaço de deposição de "monstros" (interface).
			Equidade Social
		Desenvolvimento Local	
	Emprego		XXVI - Intensidade Energética e de Consumo de Recursos Naturais da Economia. XXVII - Qualificações da população empregada. XXVIII - População com ensino secundário.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Alguns destes indicadores foram definidos no *Relatório de Factores Críticos de Decisão* e permitiram orientar os estudos efectuados no âmbito do *Relatório Ambiental*. No entanto, e como forma de realizar uma monitorização mais eficiente foram alterados uns e adicionados novos indicadores, como são exemplo a evolução do investimento público no ordenamento das margens dos cursos de água, o índice de compactação dos perímetros urbanos seguindo em anexo ao Relatório Ambiental as fichas individuais de cada um.

8 – Conclusões

Em jeito de conclusão, apresenta-se uma tabela que, de alguma forma, sintetiza o que foi explanado anteriormente, mostrando a situação actual ao nível dos objectivos de sustentabilidade, mas também a situação previsional com a manutenção do actual PDM, bem como a situação que se prevê com a adopção do PDM revisto, sendo uma forma visual simplificada de comparar os dois cenários para o território cerveirense.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Tabela 12 – Análise comparativa dos objectivos de sustentabilidade

FCD	Critérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade Situação Actual	Evolução tendencial com PDM em vigor	Evolução tendencial com PDM revisto
Recursos Naturais e Culturais	Solo	Distribuição adequada das funções, com a preservação e protecção do recurso solo.	←	→
	Ecosistemas e Áreas Classificadas	Protecção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade.	→	→
	Recursos Florestais	Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones, em detrimento das espécies de crescimento rápido.	←	→
	Recursos Hídricos	Protecção dos recursos hídricos	=	=
	Recursos Arquitectónicos e Arqueológicos	Protecção e valorização do Património	←	→
Acessibilidades	Dinâmica Territorial e Urbana	Melhoria da conectividade do sistema urbano local, regional e nacional.	=	=
		Evitar os efeitos barreira entre os núcleos populacionais e entre as categorias de solo rural	←	=
		Redução do nível de poluição sonora.	=	=
	Paisagem	Preservação de valores paisagísticos	←	→
População e Parque Habitacional	Uso do Solo	Contenção da dispersão urbana	←	→
		Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional, considerando a estrutura urbana existente.	←	→
	Efeitos Antrópicos	Minimização dos impactes relacionados com as actividades humanas.	←	→
	Equidade Social	Rede de equipamentos colectivos de proximidade às populações.	→	→
Actividades Económicas	Desenvolv. Local	Captação de produtos turísticos sustentáveis	←	=
		Requalificação ambiental e paisagística dos parques empresariais e áreas industriais	=	→
	Emprego	Assumir modelos sócio-económicos compatíveis com a estrutura urbana e localização da população no município	→	→
		Qualificação da população activa	=	=

LEGENDA				
Tendência de Evolução	←	=	→	
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação aos objectivos e metas	
Distância aos objectivos de sustentabilidade	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

A Revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira, procura suprir as debilidades verificadas ao nível do ordenamento municipal e planeamento territorial Cerveirense.

A AA da Revisão do PDM de VN Cerveira, foi efectuada numa fase já bastante adiantada do processo de elaboração deste, mas foi possível verificar a integração, pela equipa técnica responsável, das questões ambientais na elaboração do mesmo, reflectindo este também o contributo da Comissão de Acompanhamento nas questões de sustentabilidade do território concelhio.

Assim, as propostas apresentadas na Revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira, que aqui se avalia, não apresentam consequências negativas intransponíveis para o ambiente e são globalmente positivas em comparação com o PDM actual, seguindo os objectivos e metas emanadas de outros planos de escala superior.

Ainda assim importa monitorizar a implementação do Plano, sobretudo as acções que derivam dos objectivos estratégicos como são por exemplo a aposta na vertente turística do concelho, que poderá trazer impactes não desejáveis ao nível ambiental.

Os principais impactes identificados são positivos, sobretudo ao nível da salvaguarda do património natural e cultural, sendo identificados pela revisão do Plano como um dos objectivos a sua protecção e valorização.

Mas também a adequação dos usos do solo de acordo com a evolução da ocupação verificada nos últimos anos, propondo medidas de controlo da expansão urbana difusa.

Muitos dos impactes ao nível do ambiente só poderão ser “medidos” ao nível dos projectos a desenvolver no futuro.

A implementação do *Plano de Seguimento* surge como uma necessidade de conhecer a evolução dos FCD identificados e respectivos indicadores, de forma a poder otimizar as oportunidades resultantes da aplicação do PDM revisto e minimizar as ameaças identificadas.